

Herman Baeta é solidário ao relator

O presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil — OAB, Herman Baeta, esteve ontem na Câmara dos Deputados para se solidarizar com o deputado Flavio Bierrembach, pela apresentação de seu substitutivo a emenda do presidente José Sarney, que delega poderes constituintes ao Congresso Nacional eleito em 86. Em seguida, ele esteve com o presidente da Câmara dos Deputados e do PMDB, Ulysses Guimarães, para pedir que ele se empenhe na aprovação da proposta do deputado paulista. Segundo Baeta, a própria emenda do presidente Sarney corre o risco de não conseguir ser aprovada pelos dois terços do Congresso Nacional necessários para que ela seja incorporada ao texto constitucional atual.

Segundo o presidente da OAB, o plebiscito coloca a questão para o povo decidir soberanamente. "O deputado ou senador não deve temer o voto popular, se não, acaba por configurar a própria atividade política". A possibilidade de rejeição da proposta de Bierrembach, bem como da emenda Sarney, irá criar um impasse e a necessidade de que haja uma negociação, por parte do Governo

Essa negociação, para Baeta, deveria ter sido feita antes do envio da mensagem ao Congresso. Para ele, "a culpa não é do presidente da República, mas sim do Conselho Político do governo, que subestimou a Nação". Para ele, o PMDB "está negando o que gritou nos palanques: uma Constituinte livre e soberana". Ao ser indagado se nos comícios não havia sido levantada a possibilidade de que a Constituinte fosse integrada pelos deputados e senadores, Baeta afirmou que se isso tivesse ocorrido a OAB teria se retirado da campanha das diretas e de mudanças já.

Herman Baeta anunciou que estará hoje na Comissão Mista da Constituinte para assistir à votação do substitutivo do relator Flavio Bierrembach. O objetivo de Baeta é "denunciar a Nação os que votarem contra".

Aluísio Alves já pensa na candidatura

Aumentou a relação dos ministros da Nova República que vão disputar as eleições à Assembleia Nacional Constituinte em 1986. O ministro Aluísio Alves (PMDB-RN), da Administração, informou ontem que poderá candidatar-se ao Senado. "Tudo vai depender de uma decisão final do meu partido", acrescentou.

Além de Aluísio, também vão disputar as eleições à Constituinte, entre outros, os ministros Pedro Simon (PMDB-RS), da Agricultura; Aureliano Chaves (PFL-MG), das Minas e Energia; Paulo Lustosa (PFL-CE); Afonso Camargo (PMDB-PR), dos Transportes; Antônio Carlos Magalhães (PDS-BA), das Comunicações, e Almir Pazzianotto (PMDB-SP), do Trabalho.

Em Natal, capital do Rio Grande do Norte, o ministro Aluísio Alves afirmou ontem que o candidato do PMDB à prefeitura, é seu sobrinho, Garibaldi Alves Filho. Ele está disputando a prefeitura com as candidatas Vilma Maria (PDS-PFL) e Miriam Sousa (PTB).

Segundo previsões do ministro da Administração, o PMDB será o grande vencedor das eleições municipais deste ano, porque o povo brasileiro entendeu a missão histórica do partido.

Seabra quer a Carta aprovada pelo povo

"Para a emenda Sarney vingar, é indispensável um plebiscito após a elaboração da Constituinte para o povo ratificar ou não o trabalho realizado. Não vai ser fácil chegar a um resultado que seria o ideal: uma Constituinte realmente popular". Esta é a opinião do jurista Miguel Seabra Fagundes, ex-ministro da Justiça do governo Café Filho e conselheiro da OAB, que hoje se considera "um advogado e nada mais".

Designado para constituir a Comissão da Constituinte recusou por problemas de saúde e por achar que sua contribuição à respeito do assunto é dada através de palestras que faz pelo Brasil agora sem nenhum interesse. "pois jamais serei candidato a coisa alguma". Hoje às 8:30 horas ele se encontra na OAB como relator especial dos debates que terão como temas: o "Sistema de Governo", o "Poder Executivo, Legislativo" e "Forma de participação da comunidade no processo decisório". Em relação à questão polêmica da Constituinte congressual, Seabra Fagundes acha que caso a emenda Sarney seja aprovada seria indispensável um plebiscito após a elaboração da Constituinte para o povo ratificar ou não o trabalho realizado.

JBr — O senhor tem dado palestras em todo o Brasil à respeito da Constituinte. Como o Sr. vê essa questão?

M.S.F. — Vejo hoje com um certo constrangimento. O grande entusiasmo do povo manifestado exemplarmente na campanha "Diretas Já" parece arrefecer-se um tanto. Acredito que se estivéssemos fazendo uma campanha para a Assembleia Constituinte exclusiva, o povo teria maior participação e interesse, o que não tem revelado senão dentro de certos limites, pois para o povo a convocação do Congresso com poderes constituintes significa uma espécie de rotina.

JBr — A Constituinte congressual

e a exclusiva constituem-se no assunto polêmico do momento. Qual o seu posicionamento?

M.S.F. — Eu acho que as opiniões aí podem ser segmentadas em vários teores. A mim, me parece que o ideal seria uma Assembleia exclusivamente Constituinte, até porque teria psicologicamente mais força perante a opinião pública. A Constituinte congressual me parece aproximar-se muito do que sempre se vinha praticando, ou seja: o Congresso exercendo o poder de emenda, que afinal não vai ser outra coisa senão isto que já vem exercendo através das 25 emendas que são hoje as tantas que o Brasil conhece como a nossa Constituição Federal.

JBr — O senhor acredita que a Emenda Sarney será aprovada?

M.S.F. — Tudo leva a crer que será aprovada pelo menos na sua substância. Agora, quem sabe? Com certas pressões da sociedade civil feita na melhor das intenções, poderão influir para que o Congresso se sensibilize e convoque realmente uma Assembleia estritamente Constituinte.

JBr — Uma dessas pressões seria o parecer do deputado Flavio Bierrembach?

M.S.F. — É possível que a opinião dele influencie como relator. O plebiscito seria uma fórmula para o impasse, embora seja mais um complicador do processo, pois será uma interposição que vai atrasar um pouco a elaboração da nova Constituição. Porém será válida pela devolução da deliberação da matéria ao povo.

JBr — Caso a emenda Sarney passe na íntegra, a nova Constituição poderá ser caracterizada como legítima?

M.S.F. — Não deixaria de ser. Porém acho que se a emenda Sarney vingar, é indispensável um plebiscito após a elaboração da Constituinte para o povo ratificar ou não o trabalho realizado. Não sou tão pessimista ao ponto de pensar que tudo se frustrará.

Constituinte deverá ter presidente único

Lideranças do PMDB realizaram ontem gestões junto à Frente Liberal com o fim de obter a sua concordância à proposta feita anteriormente pelo deputado Flavio Bierrembach, segundo a qual a Constituinte teria um só presidente, dispensando-se a organização separada de Mesas da Câmara e do Senado. Com isso se asseguraria a permanência do deputado Ulysses Guimarães na presidência da Constituinte e também como substituto eventual do presidente da República, nas suas ausências e impedimentos, na qualidade de vice-presidente da República. Mas a Frente Liberal não se revela propensa a aceitar a fórmula em questão, uma vez que ela daria extraordinário reforço à candidatura do deputado Ulysses Guimarães e ao próprio PMDB para alcançar a Presidência da República na sucessão do presidente Sarney.

A Frente Liberal acha que se opoñdo à existência da Grande Comissão que exerceria atividades legislativas, prevalece o ponto de vista anterior de que Câmara e Senado funcionarão normalmente, com suas respectivas Mesas. A presidência da Constituinte só faria sentido, com a exclusão das Mesas da Câmara e do Senado, se tivesse prevalecido o ponto de vista da Constituinte Autônoma. Também o PDS é contra

o funcionamento da Grande Comissão, integrada por deputados e senadores. O senador Ernani do Amaral Peixoto, presidente do PDS, acha que o assunto deve ficar para ser decidido pela Constituinte, pois sendo soberana ela pode traçar seus próprios rumos.

O senador Itamar Franco, do PMDB, propõe a eleição em 86 do vice-presidente da República, concomitante com o pleito para governador, renovação do Congresso e das Assembleias Legislativas. Mas o PMDB, pelas suas lideranças, revela o temor de que essa iniciativa venha a favorecer o governador Leonel Brizola em seus propósitos políticos.

O PDS, pelas suas lideranças, passou a impor uma condição para votar a emenda da Constituinte, junto com a anistia e as desincompatibilizações. Pretende que na votação da constituinte seja incluída a reforma tributária, que transfere para os municípios recursos da União, assunto objeto de negociações ainda não concluídas com o Governo Federal. O deputado Pimenta da Veiga levou estes e outros assuntos ao exame do presidente Sarney.

O PDS concorda com a anistia aos militares nos termos da fórmula de conciliação concebida pelo governo, sem pagamento de atrasados e sem reintegração ao serviço ativo. (H.H.)